

ANO II - EDIÇÃO Nº 209 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 24 de janeiro de 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 025/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA para atuar, conjuntamente com o Promotor de Justiça PAULO ALEXANDRE RODRIGUES DE SIQUEIRA, na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Araguaína – TO, no dia 20 de fevereiro de 2017, Autos nº 5000680-25.2008.827.2706.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de janeiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 031/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça RODRIGO ALVES BARCELLOS para atuar nas audiências de precatórias da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 23 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de janeiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 04/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 04/2017

INVESTIGANTE: 8.ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Tutela Coletiva – Patrimônio Público

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I,

da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 001/2017

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostas irregularidades envolvendo a contratação do escritório de advocacia Bezerra Lopes Advogados – ME, por força da licitação modalidade Tomada de Preços nº 001/2015 e Contrato nº 006/2015, e inexecução ou execução parcial dos correspondentes serviços Jurídicos, pela Câmara Municipal de Gurupi/TO.

REPRESENTANTE: Vereador Dr. Macedo

REPRESENTADO: Câmara Municipal de Gurupi

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 19 de janeiro de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 18/01/2018.

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 01/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 001/2017

INVESTIGANTE: 9.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 97/2016 – 9ª PJ Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais (9986) > Pessoa idosa (11842) > Medidas de Proteção (900008)

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposta situação de vulnerabilidade pessoas e social vivida pelo idoso Poscedônio Mota da Silva, com 74 anos de idade, por comprometer seu orçamento mensal para ajudar a namorada a qual não participa do seu cotidiano de responsabilidades e cuidados, no município de Gurupi-TO – Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003).

REPRESENTANTE: Sob sigilo

ÁREA DE ATUAÇÃO: Normas Protetivas ao idoso

DATA DA INSTAURAÇÃO: 18/01/2017

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 18/01/2018

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 002/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 002/2017

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 90/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e vulnerabilidade do infante W.F.S (09 anos de idade), aluno da Creche Espírita Pré-Escola Maria Madalena, em Gurupi-TO, o qual apresenta comportamento indisciplinado e agressivo (Lei Federal nº 8.069/90 – ECA).

REPRESENTANTE: Creche Espírita Pré-Escola Maria Madalena.

REPRESENTADOS: Cristina Nunes de Sousa e Elton Ferreira de Sousa.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 19 de janeiro de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 19/01/2018 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 003/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 003/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 88/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e vulnerabilidade do infante Y.P.S (08 anos de idade), aluno da Creche Espírita Pré-Escola Maria Madalena, em Gurupi-TO, o qual apresenta comportamento indisciplinado e agressivo (Lei Federal nº 8.069/90 – ECA).

REPRESENTANTE: Creche Espírita Pré-Escola Maria Madalena.

REPRESENTADOS: Camila Vieira da Silva e Genivaldo Pereira da Silva.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 19 de janeiro de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 19/01/2018 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 004/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 004/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 89/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e vulnerabilidade do infante T.S.C. (08 anos de idade), aluno da Creche Espírita Pré-Escola Maria Madalena, em Gurupi-TO, o qual apresenta comportamento indisciplinado e agressivo (Lei Federal nº 8.069/90 – ECA).

REPRESENTANTE: Creche Espírita Pré-Escola Maria Madalena.

REPRESENTADOS: Maria Zélia Ribeiro de Castro e Vilmar Vieira

Santos Júnior.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 19 de janeiro de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 19/01/2018 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 005/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 005/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 94/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e vulnerabilidade dos infantes P.H.S. (05 anos de idade), e A.L.S.C (02 anos de idade), em que os genitores Maria Cláudia Santos Silva e Enilson Coelho Barreira seriam alcoólatras e por esse motivo, não atendem as necessidades básicas dos filhos (Lei Federal nº 8.069/90 – ECA).

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi-TO.

REPRESENTADOS: Maria Cláudia Santos Silva e Enilson Coelho Barreira.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 19 de janeiro de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 19/01/2018 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 006/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 006/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 98/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e vulnerabilidade do adolescente P.H.M.L (13 anos de idade), filho de Gisele Cristina Machado e de Denilson Ferreira da Luz, consistente em maus tratos, enquanto morava com a genitora em São Paulo e, atualmente, residiria com familiares do genitor em Gurupi-TO - (Lei Federal nº 8.069/90 – ECA).

REPRESENTANTE: Promotoria de Justiça Cível de Ribeirão Preto/SP.

REPRESENTADOS: Gisele Cristina Machado e Denilson Ferreira da Luz.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 20 de janeiro de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 20/01/2018 (01 ano).

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante

a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 075//2016-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Inquérito Civil n. 67/2016

FATO EM APURAÇÃO: regularidade na investidura de funcionários do Município de Porto Nacional via o cabível concurso público

INVESTIGADO: Município de Porto Nacional

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 15 de dezembro de 2016

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 24/2016 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA IC: nº 51/2016

INVESTIGANTE: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, incisos I e III, da Constituição da República, bem assim artigo 49, caput, da Constituição do Estado do Tocantins, no art. 8º, § 1º da Lei 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), artigo 26, inciso I da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual – 8.625/93 e artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 51/2008.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Documentos encaminhados pelo Ministério Público Eleitoral

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar a existência de possíveis irregularidades na contratação das pessoas jurídicas AUTO POSTO AMIGO LTDA – ME e J.R. SOUSA E FILHOS LTDA pelo Município de Tocantinópolis/TO, visando a aquisição de combustível para manutenção dos veículos da frota municipal.

INVESTIGADO: O Município de Tocantinópolis/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Tocantinópolis/TO, 20 de janeiro de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTE ALTA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 05/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO
FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 46/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar possível negligência no tratamento do problema do transporte escolar no município de Ponte Alta do Tocantins – TO.

INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins – TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 19 de janeiro de 2017

**EXTRATO DE PORTARIA DE
INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 06/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO
FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.
ORIGEM: Peças de Informação nº 39/2008.
FATOS EM APURAÇÃO: Investigar se as farmácias situadas na circunscrição do município de Ponte Alta encontram-se regulares perante o Conselho Regional de Farmácia
INVESTIGADO: A apurar.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 19 de janeiro de 2017

**EXTRATO DE PORTARIA DE
INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 07/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO
FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.
ORIGEM: Notícia de Fato nº 03/2015..
FATOS EM APURAÇÃO: Averiguar se os estabelecimentos comerciais que trabalham com vendas de bebidas alcoólicas em Ponte Alta apresentam as condições mínimas de funcionamento e se estão devidamente fiscalizados pela Prefeitura Municipal.
INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins – TO e outros.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 19 de janeiro de 2017

**EXTRATO DE PORTARIA DE
INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 08/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO
FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição

Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.
ORIGEM: Notícia de Fato nº 07/2016.
FATOS EM APURAÇÃO: Apurar se foram cumpridas as obrigações provenientes da condenação dos gestores da Câmara dos Vereadores de Ponte Alta no processo 2662/2012 do Tribunal de Contas..
INVESTIGADOS: Joaci Mascarenhas dos Reis e Joseane Jacobina Aires.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 20 de janeiro de 2017

**EXTRATO DE PORTARIA DE
INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 09/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO
FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.
ORIGEM: Notícia de Fato nº 08/2016.
FATOS EM APURAÇÃO: Apurar se foram cumpridas as obrigações provenientes da condenação dos gestores do Fundo Municipal de Saúde de Ponte Alta no processo 2717/2012 do Tribunal de Contas do Estado.
INVESTIGADOS: Sheyla Maia Barros Pereira e Sérgio Pereira de Aguiar.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 20 de janeiro de 2017

**EXTRATO DE PORTARIA DE
INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 10/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO
FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.
ORIGEM: Notícia de Fato nº 09/2016.
FATOS EM APURAÇÃO: Apurar se foram cumpridas as obrigações provenientes da condenação dos gestores da Prefeitura Municipal de Pindorama no processo 2806/2012 do Tribunal de Contas do Estado.
INVESTIGADOS: Mariosnice Gaspar Ribeiro e Raimundo Nonato da Silva Rosal.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 20 de janeiro de 2017.